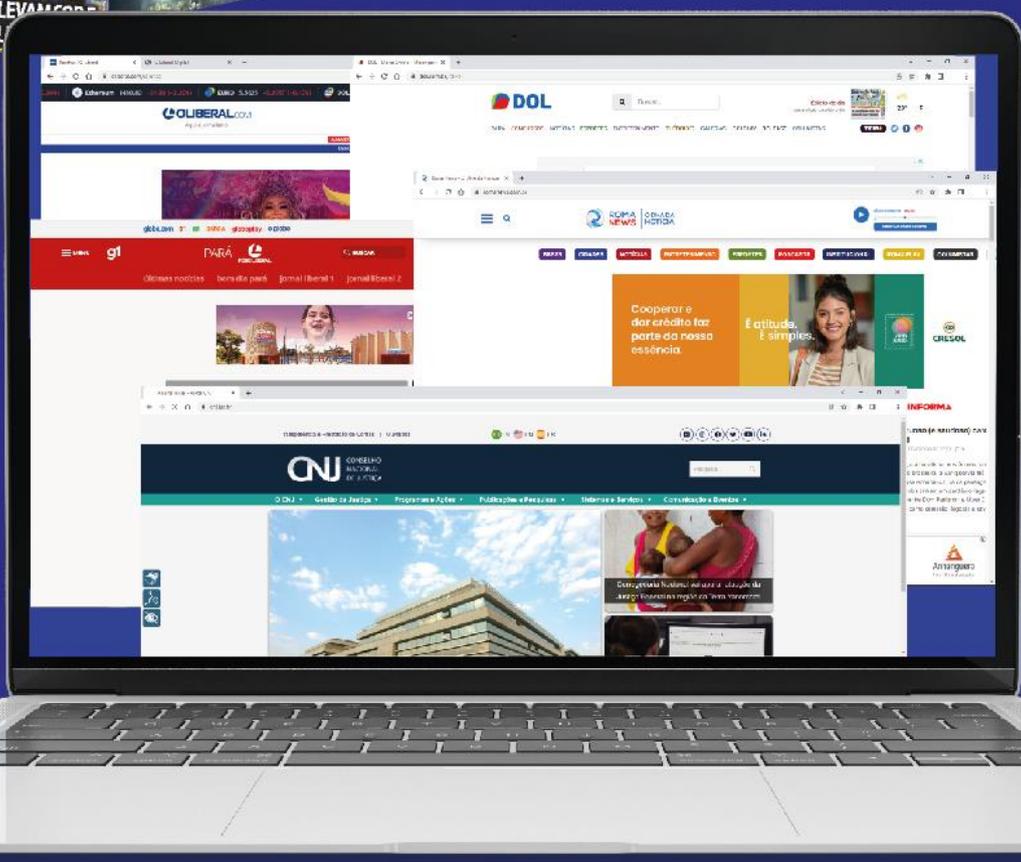




# CLIPPING

Sábado e  
Domingo  
03 e 04 de  
junho  
de 2023



## DEFESA

# Suspeito de colocar droga em avião desconhecia carga

**VERSÃO** - Advogado afirma que Patrick Santos, 23 anos, é o único preso até agora. Ele deve representar pela revogação da prisão do cliente, que havia sido contratado para fazer um orçamento.



Ação da PF apreendeu skunk em avião da Igreja do Evangelho Quadrangular

**CAMILA GUIMARÃES**  
DÁ REDAÇÃO

A apreensão da Polícia Federal de 290 kg de skunk em um avião da Igreja do Evangelho Quadrangular do Pará no Aeroporto de Belém, no último sábado (27), resultou na prisão de um suspeito, identificado como Patrick Santos, de 23 anos. Em entrevista à Redação Integrada de O Liberal, a defesa, feita pelo advogado Jonhatan Costa, afirma que o jovem não tinha conhecimento da carga transportada e que havia sido contratado apenas para fazer o orçamento do voo.

Segundo o advogado, Patrick é um estudante de pilotagem de Imperatriz, no Maranhão, que já morava no Pará há algum tempo. Ele já teria sido funcionário do Aeroporto de Belém, exercendo função de serviços gerais,

ligados às aeronaves. "Ele fazia abastecimento, limpeza, polimento de aeronaves. Trabalhou por cerca de dois anos no aeroporto e, atualmente, estava em outro aeroporto no interior do Pará. Não estava mais em Belém", conta Jonhatan Costa.

Patrick teria recebido uma ligação de um conhecido da capital oferecendo o serviço de cotação de um voo que deveria sair de Belém, com destino a Pernambuco. Segundo o advogado, o orçamento do voo era a única atribuição de Patrick. A aeronave seria pilotada por outra pessoa. Até o momento em que Patrick decide aceitar o serviço, Jonhatan Costa diz que o cliente desconhecia que o avião pertencia à Igreja Quadrangular e também não sabia "de quem era e nem para quem ia" o transporte.

"Ele recebeu uma ligação que era para ele fazer a co-

**Advogado afirma que cliente não tem responsabilidade sobre carga ilegal no monomotor.**

tação de um voo Belém-Pernambuco. Ele veio a Belém para preparar a aeronave. Na quinta ou sexta, ele recebeu a ligação desse cliente dizendo que não seria mais dois passageiros na aeronave, mas que seria uma carga de vacina. Quando o Patrick chegou em Belém, ele preparou a aeronave, abasteceu e, no sábado, ele achou estranho a questão da carga, mas ele não tinha permissão para mexer. Só que ele ficou tranquilo, porque essa era uma responsabilidade do piloto. Mas, antes de o piloto chegar para verificar a carga, quem chegou foi a Polícia

Federal", relata o advogado.

Jonhatan Costa afirma que, até o momento, apenas Patrick Santos foi preso. "Acredito também que a Igreja Quadrangular, até agora, nem foi intimada no processo", pondera. Ele refuta, enfaticamente, que seu cliente tenha qualquer responsabilidade sobre a carga ilegal do monomotor. Durante a audiência de custódia de Patrick, ocorrida no último domingo (28), ele teria dito que a única coisa que sabia sobre a aeronave é que ela "fazia serviços levando políticos, deputados e, quando não estava fazendo essas coisas, ela era alugada. Provavelmente, naquele dia, estava alugada".

A Redação Integrada de O Liberal solicitou novo posicionamento da Igreja do Evangelho Quadrangular e da Polícia Federal, mas, até o fechamento desta edição, não houve retorno.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER  
DIÁRIO**

---

**LINHA DIRETA**

**Uma ação** de cidadania marcará a VII Semana Estadual de Conciliação, realizada pelo Poder Judiciário do Pará e parceiros. No dia 17 de junho ação “Efetivando Direitos” será realizada na Praça da Bandeira, no centro de Belém, das 8h às 14h, com o oferecimento de diversos tipos de serviços gratuitos à população.

Acusado armazenava materiais relacionados ao abuso sexual e PF cumpriu mandado de busca e apreensão

#### OPERAÇÃO GHOST

**A** Polícia Federal deflagrou na manhã desta sexta-feira, 2, a Operação Ghost, para combater os crimes de armazenamento e produção de materiais relacionados ao abuso sexual infantojuvenil.

Durante as investigações, a Polícia Federal do Pará, utilizando-se de técnicos especiais de polícia judiciária, identificou o suspeito de armazenar e produzir imagens com cenas de exploração sexual infantil.

A equipe foi à casa do investigado, com base em um Mandado de Busca e Apreensão, da Vara Única da Comarca de Santarém Novo - Termo Judiciário de São João de Pirabas/PA.

A ação tem objetivo de colher mais elementos probatórios além dos já reunidos no inquérito policial, tais como materiais relacionados a pornografia infantojuvenil armazenados nos dispositivos eletrônicos e identificação de outras condutas e pessoas envolvidas nos crimes.

O investigado responderá pelos crimes de armazenamento e produção de pornografia infantojuvenil, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, cujas penas máximas, somadas, podem chegar a doze anos de reclusão e multa.

O nome da operação, Ghost, é uma alusão à denominação empregada pelo alvo em seu endereço eletrônico de e-mail, utilizado nos crimes investigados.

# NO PARÁ PF MIRA SUSPEITO DE ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL



A operação foi realizada no interior do Estado para investigação

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# EM BELÉM MOTORIZISTA DE APP É ACUSADO DE ESTUPROS

Segundo três mulheres, suspeito teria usado uma arma branca para intimidar as vítimas, forçando o abuso

## PRISÃO

Diego Monteiro

**N**a tarde desta sexta-feira, 2, um motorista de aplicativo foi detido e apresentado na Delegacia Especializada de Defesa dos Direitos da Mulher (DEAM), localizada no bairro do Mareco. O suspeito, identificado como Josué Teixeira Rodrigues, 31, é acusado de ter estuprado pelo menos três passageiras dentro do próprio carro durante corridas realizadas pelas ruas de Belém.

De acordo com a delegada de plantão, a série de crimes teria ocorrido entre os meses de fevereiro e abril, sempre no período noturno. As vítimas foram ouvidas pela DEAM e, abaladas e nervosas, relataram que Josué interrompia a viagem, ameaçava-as, inclusive com o uso de uma arma branca, e as forçava a tocar no órgão genital do motorista, entre outros abusos sexuais.

O primeiro crime ocorreu em fevereiro, quando além da detenção, a empresa de aplicativo suspendeu a conta de Josué após tomar conhecimento do ocorrido. No entanto, o suspeito passou a utilizar o perfil de um amigo para continuar trabalhando e cometendo os mesmos crimes. Após o segundo caso ser divulgado, Josué passou a trabalhar com transporte particular até que, em abril, aconteceu o terceiro caso.

Embora o suspeito admita a autoria dos crimes, Josué alega que as passageiras consentiram as relações sexuais. Mas, a delegada destaca que durante a ação criminosa, nenhuma das vítimas estava sob efeito de álcool e que, ao ouvir os depoimentos das mulheres, era visível o estado de forte nervosismo, mas que ainda sim, foi possível coletar detalhes sobre a dinâmica dos crimes.

A prisão preventiva de Josué foi decretada, e ele aguardará a decisão judicial. A delegada acredita que as três mulheres que procuraram a Delegacia Especializada da Mulher



O acusado disse à polícia que as passageiras consentiram com as relações sexuais. Ele está preso. Foto: Estácio Soares

não sejam as únicas vítimas do motorista, por isso enfatiza a importância de que caso outras pessoas tenham sofrido nas mãos do suspeito que procure a DEAM para registrar o Boletim de Ocorrência.

Constantemente, a Delegacia Especializada de Defesa dos Direitos da Mulher frequentemente recebe denúncias e efetua a prisão de motoristas de aplicativo acusados de cometer crimes dessa na-

tureza. Portanto, faz-se o alerta: em caso de crimes de violência sexual, é crucial que a ocorrência seja relatada à polícia de maneira presencial ou através do Dique 100, de forma anônima.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# REPÓRTER

# 70

## MULTA

### > DIREITOS CASSAÇÃO

Desta vez o prefeito de Parauapebas, Darci Lermen (MDB), não perdeu o mandato, como ocorreu em novembro passado, mas perdeu direitos na Justiça, em decisão do juiz Lauro Fontes, titular da Vara da Fazenda Pública de Parauapebas, que determinou a cassação dos direitos políticos de Lermen por 4 anos, pelo fato de o gestor não ter chamado 1,7 mil professores concursados em 2018.

### CONCURSADOS

Cabe recurso e Lermen está recorrendo, mas por enquanto terá que cumprir a outra determinação da sentença, de contratar concursados em até 30 dias e demitir temporários de forma imediata.

O magistrado ainda multou o mandatário de Parauapebas em 15 vezes o valor do seu salário referente ao ano de 2018, e impôs juros de 1% também a partir de 2018. Segundo fonte especializada da coluna, essa dívida pessoal deve superar os R\$ 500 mil.

### CAMPANHA

Desde que assumiu seu último mandato, o quarto na prefeitura da cidade, Lermen acumula problemas judiciais. Em março do ano passado teve mandato cassado pela Justiça Eleitoral, que entendeu que R\$ 1,6 milhão usado na campanha do prefeito foi arrecadado de forma indevida. Após mais de 30 dias ele retornou ao cargo, mas em 9 de novembro passado foi novamente afastado, só voltando ao posto 36 dias depois, em decisão de segunda instância do desembargador José Maria Teixeira do Rosário, do Tribunal de Justiça do Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



## TECNOLOGIA

## Serviços eletrônicos crescem nos cartórios

**VICTOR FURTADO**  
DA REDAÇÃO

Três anos após a autorização do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que os atos de escrituras públicas de compra e venda de imóveis, doações, inventários, divórcios, testamentos, entre outros possam ser realizados de forma eletrônica, os Cartórios de Notas do Pará totalizaram mais de 16,8 mil transações digitais. Isso representa, segundo levantamento do Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF), um crescimento de 185% em 2023 em relação ao ano passado. No acumulado desde a mudança, o aumento dessa modalidade no Estado chegou a 1.482%.

Os dados consolidados pelo Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF), entidade que reúne os 8.344 Cartórios de Notas do país, abrangem todos os tipos de escrituras públicas — compra e venda, doação, inventário, partilha, divórcio, entre outros —, procurações, certidões digitais, autorizações eletrônicas de viagem, reconhecimentos de firma e traslados. Atualmente, 100% dos atos neste tipo de cartório podem ser feitos de forma on-line, pela plataforma eletrônica nacional [www.e-notariado.org.br](http://www.e-notariado.org.br).

A implantação nacional ocorreu pelo Provimento nº 100 do CNJ, em maio de 2020, em meio à necessidade de atendimento remoto à população em razão da pandemia covid-19. A plataforma registrou no primeiro ano 695 atos praticados no Pará. Já no segundo ano de funcionamento, o número cresceu 454%, totalizando 3.851 atos digitais. Em 2023, são 10.993, registrando um crescimento de 185% nos serviços eletrônicos. No acumulado dos três anos o aumento foi de 1.482%, como analisa a Associação dos Notários e Re-

gistradores do Estado do Pará (Anoreg-PA).

“Todos os serviços disponíveis nos Cartórios de Notas podem ser feitos de forma eletrônica, com o cidadão realizando o ato por meio de uma videoconferência diretamente com o tabelião. Inclusive, atos do dia a dia, como uma procuração ou um reconhecimento de firma, podem agora ser digitais, sem qualquer deslocamento”, explica a tabeliã Larissa Rosso, presidente do Colégio Notarial do Pará (CNB-PA) e diretora da Anoreg-PA.

## SERVIÇOS

Por nota, a Anoreg-PA explicou que para realizar os serviços dos Cartórios de Notas de forma on-line, o usuário deverá emitir um certificado digital notariado — que pode ser feito gratuitamente e on-line pela plataforma [www.e-notariado.org.br](http://www.e-notariado.org.br), procedimento no qual o tabelião fará a identificação do cidadão e o vinculará àquele certificado para assinar seus documentos on-line, e que terá validade de três anos. A partir daí, é possível solicitar qualquer ato on-line, agendando uma videoconferência com o tabelião de notas e assinando eletronicamente seus documentos, inclusive por celular.

“No caso dos reconhecimentos de firmas, o cidadão deverá acessar a plataforma [www.enotassina.com.br](http://www.enotassina.com.br), enviar o documento que necessita ter a assinatura reconhecida, indicar quais são as pessoas que precisam assiná-lo, realizar a assinatura de forma eletrônica e remeter o documento ao destinatário final, em um serviço que levará poucos minutos e terá o mesmo preço que o ato físico, feito no balcão dos Cartórios e que é tabelado por lei estadual em cada um dos estados do país”, informa a Anoreg.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



HABEAS DATA



Raul Luiz Ferraz Filho



Use a câmera do seu celular para acessar o conteúdo multimídia.

## MINUTA

- A Justiça do Trabalho de Minas Gerais determinou que uma instituição bancária pague indenização por danos morais de R\$ 5 mil a uma gerente tratada de forma desrespeitosa pela chefia. Testemunha confirmou que a gerente-geral humilhava a empregada quando da cobrança de metas, chamando-a de gorda e dizendo que, se ela não emagrecesse, não seria promovida. A decisão é da Terceira Turma do TRT de Minas, ao manter sentença oriunda da Vara do Trabalho de Pará de Minas.
- Para a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, as garantias previstas pela Lei 10.820/2003 aos empregados que contraem empréstimo mediante consignação em folha de pagamento – inclusive em relação aos limites de desconto das prestações em folha – são extensíveis aos aposentados que realizam operações de crédito com entidades de previdência complementar fechada.
- A 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de uma beneficiária de pensão temporária que pretendia receber o benefício até completar 24 anos de idade ou até a conclusão do curso superior.
- Ao analisar o processo, o relator, desembargador federal Gustavo Soares Amorim, explicou que, quanto ao pedido da autora, “com o implemento etário de 21 anos de idade pela parte autora e não comprovada situação de invalidez, não tem direito à prorrogação do benefício pleiteada por ausência de amparo legal”.
- Justiça do Trabalho em Marabá fecha acordo de mais de dois milhões de reais na Semana da Conciliação. A Semana Nacional da Conciliação no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região já contabilizou mais de 20 milhões de reais em acordos fechados. E a 1ª Vara do Trabalho de Marabá nos dois primeiros dias do evento totalizou mais de dois milhões de reais em acordos homologados, em processo que já tramitavam há mais de 10 anos.
- O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25%.

**Colaboração**  
Prof. Jaciel Papaléo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CAIO MAIA  
DA REDAÇÃO

O Campeonato Paraense de 2023 terminou no último dia 26 de maio com a consagração do Águia de Marabá como grande campeão. A vitória de uma equipe do interior do estado - algo raro dentro do histórico do torneio - poderá ficar em segundo plano em breve. De acordo com a apuração da reportagem de O Liberal, o Ministério Público do Pará (MPPA) investiga, pelo menos, três suspeitas de manipulação de resultados no Parazão.

Os esquemas, de acordo com a apuração, são similares àqueles descobertos pela Operação Penalidade Máxima, do Ministério Público de Goiás, que investiga o aliciamento de jogadores de futebol por apostadores. Segundo as denúncias do MP goiano, atletas recebiam dinheiro para fazer, durante os jogos, faltas, pênaltis e receber cartões.

Sabe-se, por meio de fontes, que o MPPA está na iminência de realizar uma denúncia de irregularidades em partidas do Estadual. A partir disso, o caso deverá ser julgado tanto na Justiça Desportiva, quanto na Justiça comum.

Apesar disso, o resultado obtido pelo Águia de Marabá dentro de campo não deverá ser alterado. De acordo com a advogada Ana Carolina Britto, especialista em direito desportivo, vários fatores contribuem para que o Parazão não seja anulado, mesmo em caso de comprovação de manipulação de resultados. O principal deles, segundo ela, é a questão da "segurança desportiva".

"Eu acho muito difícil (que o Parazão seja anulado) por



Denúncia não deve anular o Parazão,

## AFIRMA JURISTA

**POLÊMICA** - De acordo com a advogada Ana Carolina Britto, a "segurança desportiva" deve ser levada em consideração

vários motivos. O primeiro deles seria a questão da segurança desportiva, já que o campeão foi consagrado e isso gera uma série de desdobramentos, como classificação à Série D e Copa do Brasil. Essa questão toda vai demorar. Até agora não tivemos uma denúncia formal do MP ou da procuradoria desportiva, então não tem como pensar em julgamento ainda.

Existe toda uma logística por trás disso. O que eu acho que pode acontecer é que, no ano que vem, haja um olhar mais cauteloso em relação a isso. Fica de lição pro próximo Parazão", disse a advogada.

A especialista afirma que, para que as denúncias sejam julgadas nas duas esferas - desportiva e comum - é necessário que a Procuradoria Desportiva e Ministério Público trabalhem

em cooperação. Ainda de acordo com ela, as interpretações do caso são diferentes em cada um dos órgãos.

"Os artigos usados pelo CBJD (Código Brasileiro de Justiça Desportiva) são diferentes dos artigos que o MP utiliza para fazer denúncias. No CBJD, a denúncia será baseada nos artigos 243 e 243-A. Já no MP eles são usados esses artigos, mas sim o es-

tatuto do torcedor, ou outros artigos da esfera criminal, como lavagem de dinheiro e associação criminosa", explica.

Sobre as penas aplicáveis na Justiça Desportiva, Ana Carolina Britto diz que elas podem variar entre multa e suspensão. Ainda de acordo com elas, há casos excepcionais de banimento do esporte, mas só aplicados em casos de reincidência. Ela finaliza dizendo que o que pesa na decisão do juiz na hora do julgamento é a "gravidade" da manipulação.

"No meu entendimento, tudo depende da 'gravidade' da manipulação. Levar um vermelho, por exemplo, é diferente de ceder um escanteio. Outra coisa também é a quantidade de vezes que a pessoa cometeu o crime. O jogador pode ter recebido dinheiro várias vezes para realizações diversas", conclui.

**RD REPÓRTER  
DIÁRIO**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) encerrou o prazo para envio pelos Tribunais de Justiça Estaduais (TJs) dos nomes dos desembargadores interessados em concorrer às duas vagas de ministro que estão em aberto desde a aposentadoria do ministro Jorge Mussi e o falecimento do ministro Paulo de Tarso Sanseverino. Segundo o STJ, 59 nomes concorrerão aos cargos. Os dois indicados do Tribunal de Justiça do Pará são Leonan Gondim da Cruz Júnior e Maria Filomena de Almeida Buarque. A escolha ocorrerá no dia 23 de agosto pelo Pleno do STJ. Haverá uma lista com 4 nomes que será encaminhada ao presidente da República.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



**JUSTIÇA EM FATOS**  
LUIZ FLÁVIO

@luizreporter

[www.facebook.com/luiz.flavio.37](https://www.facebook.com/luiz.flavio.37)

luizflavio@gmail.com

### TRE do PA NO 51º ENCONTRO DO COLÉGIO DE CORREGEDORES ELEITORAIS

O presidente e corregedor do TRE do PA, desembargador José Manoel Teves de Faria, participou do 51º Encontro do Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil (CCORE) realizado das 24 e 25 de maio em Manaus. O encontro teve a presença do corregedor geral eleitoral, ministro Benedito Gonçalves. Com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o novo superquadro eleitoral e a legislação eleitoral, a organização também incluiu a apresentação de parâmetros técnicos do TRE.



### OAB-PA realiza I Encontro da Advocacia do Marajó em agosto

O presidente da OAB-PA, Eduardo Bortolotto, marcou o dia 22/08 como presidente da Associação de Advogados, Fernando de Moraes, e delegado do Conselho Brasileiro de Advogados (CABA), Marcelo de Barros, em Belém. Serão os temas Empatia, ações, eventos beneficentes e o novo cenário para advogados e advogadas no Brasil e no Marajó. Não por acaso, o encontro do Sistema OAB-PA definiu que o I Encontro da Advocacia do Marajó será realizado em agosto de 2023, na ABUS Advocacia.



### Defensores do interior prestigiam na festa de 40 anos da Defensoria Pública

O defensor público Adriano Farias, da região sudoeste paraense, município de Marabá, prestigia o aniversário comemorativo aos 40 anos da Defensoria Pública do Pará, ocorrido no último dia 24, em Belém. No evento, participou da sessão solene do Conselho Superior de Advogados e Defensores, personalidade que contribuiu com o CPPA ao longo de quatro décadas, a exemplo do Senador Jader Barbalho, então governador que fundou o instituto em 1983. Na foto, estão os também defensores conselheiros Serravallo Filho e Laércio Almeida Souza.

### Advogados lançarão obra sobre Direito Público

A advogada Denera Mendes Lacerda de Brito, do Instituto de Direito Público Privado (IDPP), juntamente com a advogada Guayana Mendonça Afonso Ribeiro, vão lançar a nova obra sobre Direito Público, com previsão de lançamento para o segundo semestre de 2023. O livro tem como objetivo abordar os aspectos jurídicos, éticos e morais inerentes à atuação profissional, nacional e internacional, em áreas como o direito tributário, o direito administrativo, o direito constitucional, o direito penal, o direito processual, o direito civil, o direito comercial, o direito do consumidor, o direito do trabalho, o direito da família, o direito da saúde, o direito da educação, o direito da cultura, o direito da ciência e tecnologia, o direito da internet, o direito da inteligência artificial, o direito da robótica, o direito da nanotecnologia, o direito da biotecnologia, o direito da engenharia, o direito da arquitetura, o direito da urbanização, o direito da infraestrutura, o direito da energia, o direito do meio ambiente, o direito do patrimônio cultural, o direito do patrimônio histórico, o direito do patrimônio artístico, o direito do patrimônio arqueológico, o direito do patrimônio científico, o direito do patrimônio literário, o direito do patrimônio musical, o direito do patrimônio audiovisual, o direito do patrimônio cinematográfico, o direito do patrimônio teatral, o direito do patrimônio circense, o direito do patrimônio esportivo, o direito do patrimônio turístico, o direito do patrimônio religioso, o direito do patrimônio histórico-artístico, o direito do patrimônio arquitetônico, o direito do patrimônio urbanístico, o direito do patrimônio paisagístico, o direito do patrimônio ambiental, o direito do patrimônio geológico, o direito do patrimônio arqueológico, o direito do patrimônio etnográfico, o direito do patrimônio antropológico, o direito do patrimônio linguístico, o direito do patrimônio literário, o direito do patrimônio histórico-artístico, o direito do patrimônio arquitetônico, o direito do patrimônio urbanístico, o direito do patrimônio paisagístico, o direito do patrimônio ambiental, o direito do patrimônio geológico, o direito do patrimônio arqueológico, o direito do patrimônio etnográfico, o direito do patrimônio antropológico, o direito do patrimônio linguístico, o direito do patrimônio literário.



### Presidente do TRT-8 fará parte do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

O presidente do TRT do 8º Região, desembargador Marco Augusto de Souza Maranhão, foi eleito pelo Conselho Superior de Desembargadores do Trabalho (CSDT) como representante do Região Norte. O CSDT é o órgão máximo de controle e fiscalização dos órgãos do Poder Judiciário do Trabalho. O CSDT é formado pelos desembargadores do Conselho Superior de Desembargadores do Trabalho (CSDT) de cada uma das regiões: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Nordeste. O CSDT é formado pelos desembargadores César Marques Cavalcanti (TRT-1), Paulo Roberto Ramos Barroso (TRT-2),



### Presidente do TRE do PA inaugura novo fórum em Castanhal

O presidente do TRE do PA, desembargador Luciano Cordeiro, inaugurou o novo prédio do Fórum de Justiça em Castanhal, acompanhado da desembargadora do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, desembargadora Nelma Castro de Castro, e do desembargador Luciano Cavalcanti. O presidente do Tribunal Eleitoral do Pará, desembargador Paulo Antonio de Faria, também participou da inauguração. O novo fórum foi construído em um terreno de 10 mil metros quadrados e possui uma área construída de 10 mil metros quadrados. O novo fórum será o maior do Brasil e terá uma capacidade para 1000 pessoas. O novo fórum será o maior do Brasil e terá uma capacidade para 1000 pessoas. O novo fórum será o maior do Brasil e terá uma capacidade para 1000 pessoas.

## Planos de Logística Sustentável colocam sustentabilidade no centro da gestão de tribunais

🕒 5 de junho de 2023



Com base em um instrumento que permite estabelecer e acompanhar suas práticas de sustentabilidade, os tribunais brasileiros têm implementado ações considerando o que é ambientalmente correto e socialmente justo, respeitando o diverso e cultural, e, ainda, o desenvolvimento econômico equilibrado. Os Planos de Logística Sustentável (PLS) estão previstos na [Política de](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

[Sustentabilidade do Judiciário, conforme a Resolução CNJ n. 400/2021](#), e possibilitam a coordenação do fluxo de materiais, de serviços, de ações e de informações que circulam nas instituições, com objetivos e responsabilidades definidas, indicadores, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados.

De acordo com o presidente da Comissão Permanente de Sustentabilidade e Responsabilidade Social do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conselheiro Giovanni Olsson, a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, como foi concebida, coloca a Justiça como protagonista do processo de se tornar agente de transformação e responsabilidade social. “A sustentabilidade é mais do que um conceito transgeracional, da nossa responsabilidade no presente para com as gerações futuras: é um referencial civilizatório, que afirma a dignidade da pessoa humana na vida em sociedade em perfeita sintonia com o planeta”, destaca.

Composto por indicadores de desempenho e suas respectivas metas, o PLS de cada um dos 92 tribunais deve estar alinhado à Estratégia Nacional do Judiciário e, também, aos próprios Planos Estratégicos dos órgãos. Esse alinhamento inclui especialmente a Política de Governança de Contratações do órgão que, em conjunto com os demais planos institucionais e de Gestão de Pessoas, determina o caminho para que os tribunais sejam instituições eficazes, responsáveis e transparentes.

O PLS traz também a designação das unidades gestoras responsáveis pelo levantamento dos dados, a série histórica de gastos e consumos relativos aos indicadores mínimos, a metodologia de implementação, de avaliação do plano e de monitoramento dos resultados. A cada ano, os órgãos consolidam seus resultados em relatórios específicos e informam ao CNJ a execução dos planos.

### **Energia limpa**

Em Roraima, o projeto Lumen, elencado no PLS do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR) e associado ao indicador referente a energia elétrica, permitiu

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

que o órgão opere hoje com 100% de uso de energia solar. Essa potência é gerada por 3.300 painéis solares instalados em todos os prédios das comarcas da capital e do interior do estado. De acordo com o Relatório Anual de Desempenho do TJRR, publicado no ano passado, a economia gerada pelo uso da energia solar equivale a menos 756 toneladas de gás carbônico (CO2) lançados à atmosfera e à preservação de 13.386 árvores.

A chefe do setor de Gestão Socioambiental do TJRR, Ana Livia Sá, atribuiu os resultados à conscientização e sensibilização de magistrados, servidores, estagiários e terceirizados do tribunal. “É necessário combater o desinteresse e a falta de informação. Enquanto algumas pessoas possuem noção da importância da preservação ambiental, outras não se importam ou não agem para mudar o meio ambiente, pois não se sentem afetados pelas mudanças. Além disso, há quem não compreenda a urgência de repensar hábitos de consumo e métodos de produção, pois o conhecimento sobre o assunto infelizmente não é disseminado amplamente”, afirmou.

## **Reciclagem**

Outro exemplo de esforço da Justiça para pensar estrategicamente suas ações de sustentabilidade é o trabalho do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) associado ao indicador de gestão de resíduos. O tribunal colocou em prática o projeto “Descarte Consciente”, voltado em especial para a reutilização de materiais. Fazem parte do programa também ações de sensibilização e orientação relacionadas à sustentabilidade, com ênfase no consumo consciente.

A iniciativa começou em 2016 e ocorre no Fórum Criminal e no Cível de Belém, além da sede do tribunal. Ao longo de seis anos de execução, o projeto conseguiu descartar corretamente mais de 180 toneladas de resíduos, proporcionando benefícios econômicos e inclusão social para mais de 200 famílias de catadores.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

O programa de reciclagem de resíduos foi acompanhado de outras ações com resultados concretos no tribunal. De acordo com o Núcleo Socioambiental do TJPA, de 2016 a 2022 houve redução no consumo de resmas de papel (62%), copos descartáveis (91%) e impressões (81%). Sem contar a eliminação completa de água em embalagens descartáveis, a redução de 44% no consumo de gasolina e de 47% nos gastos com telefonia fixa.

O projeto “Descarte Consciente” recebeu reconhecimento oficial e público da Câmara dos Vereadores do Município de Belém e do Ministério do Meio Ambiente, por meio da plataforma Educares. Além disso, foi premiado pela Associação Brasileira de Recursos Humanos do Pará (ABRH/PA) na categoria Responsabilidade Socioambiental.

A coordenadora do Núcleo Socioambiental do TJPA, Evelise Rodrigues, destaca que as iniciativas voltadas para a sustentabilidade mostram que as ações do Judiciário vão além de julgar e garantir a aplicação da lei. “O impacto desse alinhamento a uma política com critérios de sustentabilidade, introduzidos pelo CNJ por meio da obrigatoriedade de implementação de planos de logística sustentáveis, representaram um avanço na melhoria das condições de vida e das rotinas no ambiente de trabalho, para uma visão integrada do Poder Judiciário junto à sociedade”, disse.

### **Menos plástico**

No Maranhão, o descarte irregular de plástico é o alvo da campanha de sustentabilidade do Tribunal de Justiça (TJMA). O projeto “TJMA sem Plástico” tem como objetivo reduzir e evitar danos causados ao ambiente por conta do descarte irregular desse material.

As ações desenvolvidas pelo tribunal incluem a proibição da compra de água em garrafas plásticas não retornáveis, a substituição de copos plásticos descartáveis por copos de papel biodegradável para público externo e o uso de canecas e xícaras reutilizáveis para servidores. Já no setor de contratações, as

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

compras e aquisições de itens com menor uso de plástico têm prioridade como, por exemplo, caneta ecológica com corpo de papelão.

Em 2017, o tribunal foi o primeiro a extinguir a aquisição de copos descartáveis, o que reduziu significativamente o consumo de plástico no órgão. Durante o período de 2017 a 2022, o tribunal evitou o uso de mais de 30 milhões de copos plásticos e mais de 250 mil unidades de garrafas pets. Esses números foram divulgados pelo Núcleo Socioambiental do TJMA.

O presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TJMA, desembargador Jorge Rachid, afirma que, embora o TJMA tenha enfrentado desafios desde o início da implementação da política de sustentabilidade do Judiciário, determinada por meio da Resolução CNJ n. 201/2015, esses desafios foram vistos como oportunidades para desenvolver um modelo de gestão que promovesse uma cultura de sustentabilidade no Judiciário do estado.

“Somos conscientes da nossa responsabilidade em servir como exemplo para a sociedade. Por meio de iniciativas de sensibilização, incentivamos cada indivíduo a se tornar um agente de transformação ao adotar práticas sustentáveis em sua vida cotidiana. Temos observado aumento significativo do engajamento dos membros do Judiciário e dos servidores nessa causa, e vislumbramos um futuro ainda mais promissor não apenas para o TJMA, mas também para o sistema judiciário nacional”, pontuou.

*Texto: Michelle Martins*  
*Edição: Sarah Barros*  
*Agência CNJ de Notícias*

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## Conselheiro do CNJ visita duas áreas em litígio fundiário em Benevides (PA)

🕒 2 de junho de 2023



O conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), coordenador do Comitê Gestor de Justiça Restaurativa, ministro Vieira de Melo, fez uma visita técnica, na quinta-feira, 1, a duas áreas em conflito no município de Benevides, na rodovia Augusto Meira Filho (PA-391), que liga Belém a Mosqueiro, numa área cujo litígio se arrasta há mais de 20 anos, envolve mais de 400 famílias

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

concentradas em duas grandes comunidades – Nelson Mandela e Terra Cabana – e que há dois anos iniciaram um processo de mediação no 7º Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc), que funciona na Universidade Federal do Pará (UFPA), coordenado pelo juiz Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade.

Também participaram da visita a magistrada auxiliar da presidência do CNJ, Fabiane Pieruccini; o presidente da Associação dos Magistrados do Pará (Amepa), juiz Líbio Moura; a desembargadora Dahil Paraense de Souza, coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec); e as juízas Josineide Pamplona, do Cejusc da UFPA, e Anuzia Dias da Costa, titular da 1ª Vara Cível e Empresarial.

A visita foi acompanhada também por representantes do Instituto de Terras do Pará, Defensoria Pública do Estado, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria de Estado de Assistência Social, Emprego e Renda (Seaster), além de integrantes de secretarias municipais da Prefeitura de Benevides.

### **Terra cabana**

A primeira parada foi na sede do acampamento da ocupação Terra Cabana, capitaneada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), onde o ministro e sua comitiva foram recebidos com uma mística que envolveu canto e oferta de mudas cultivadas pelos acampados. Líder da ocupação e integrante da coordenação estadual do MST, Moisés relata que eles estão no local há oito anos.

“A gente vive aqui numa terra que, comprovadamente, é improdutivo, projeto de uma empresa de exploração de pupunha para extrair palmito. A empresa fez um empréstimo do FNO, do Banco da Amazônia, e colocaram como garantia a fazenda e aí o projeto não deu certo, eles não pagaram e desde 2002 essa pendência vem se desenvolvendo até os dias de hoje”, explica. Ele diz que as famílias do MST chegaram ao local em 2015, após sofrerem despejos na região de Santa Izabel.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

“E aí juntou as famílias e decidimos vir pra cá reivindicar essa área para que ela fosse destinada à reforma agrária. Assim que entramos, fizemos o cadastramento de todas as famílias, de início eram 215, hoje tem 68, e mandamos ofício, com as famílias todas cadastradas, para o Iterpa resolver”, diz ele.

Atendendo a uma recomendação da Defensoria e da Promotoria agrária, eles procuraram o Nupemec, encaminhados pela Vara Cível e Empresarial de Benevides e iniciaram, então, há um ano, o diálogo com o Cejusc.

“A gente quer se esperar, quer ter esperança, são oito anos de muita promessa. A vinda de um ministro é muito simbólica, mostra uma vontade simbólica muito grande. Ficamos muito emocionados, felizes, alegres e começando a querer se esperar, que eu acho que essa é a palavra. Queremos ter esperança de que se resolva”, diz ele.

## **Mandela**

Na área de ocupação Nelson Mandela, o ministro Vieira de Mello Filho foi recebido por dezenas de agricultores que vivem no local há mais de 20 anos. Presidente da Associação Comunitária dos Agricultores do Nelson Mandela, Francisca Duarte relata que vivem no local mais de 600 famílias, que produzem mandioca, milho, frutas, verduras, legumes e açaí.

“Já tem muitos criando tanques de peixe. E essas famílias precisam desse emprego. Porque se eles saírem daqui, vão viver de quê? Nós estamos aqui há praticamente mais de 20 anos”, disse ela, ao relatar que as primeiras famílias a chegar ao local trabalhavam na empresa que cultivava pupunhas para a extração do palmito.

“Até quando seu Maurício deixou, três anos nós ficamos trabalhando em paz. Depois ele começou a perseguir a gente”, diz ela, referindo-se ao suposto dono da área.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

“Depois, a gente veio descobrir que ele tinha colocado a gente porque ele tinha uma dívida muito grande no Banco da Amazônia. Ele foi no sindicato, pegou 300 famílias. Isso aí nós provamos no Fórum de Castanhal, onde ele disse que fez porque nós tava passando necessidade e realmente até hoje nós estamos aqui”, diz ela, ao observar que o seu neto, assim como os filhos de outras famílias, nasceu no local e hoje já é um rapaz.

Ela lembra a luta comunitária para que conseguissem se assentar no local e produzir a própria existência.

“Nós tivemos que juntar cada centavinho, plantando na época maxixe, quiabo, que dava mais rápido, pra gente vender e aí a gente juntava todo mundo junto e fazia”, recorda, ao apontar o galpão onde houve a reunião com o ministro, que é o centro da comunidade.

Ela diz, porém, que o cotidiano no local é de muita insegurança, sobretudo após uma outra empresa ter surgido afirmando que adquiriu a área.

“Entrou essa empresa aí, que talvez seja até uma vítima do seu Maurício. Eles dizem que negociaram a terra, a gente não sabe como é, a questão está na mesa de conciliação”, diz ela.

Francisca diz que espera uma solução justa para o conflito. “Mesmo que nós venha negociar essa terra, nós sabemos que vamos trabalhar pra pagar uma dívida, mas vamos trabalhar em paz, nós não temos paz; a Celpa (Equatorial) veio pra colocar luz, eles (empresa que se diz proprietária) embargaram porque eles tinham comprado”, lamenta.

## **Auxílio**

O ministro Vieira de Mello Filho disse que a visita técnica ao Pará visa a colaborar com o TJPA na estruturação das mediações previstas na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 828 (ADPF 828), pela qual o ministro Luiz Roberto Barroso, referendado pelo Plenário do STF, estabeleceu

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

como pré-requisito para desocupações de áreas fundiárias, rurais e urbanas em conflito, a instauração de processos de mediação.

“A nossa função é auxiliar, em parceria, em cooperação com o Tribunal de Justiça do Pará, para reestruturar em face da ADPF 828. As comissões deverão seguir um modelo estruturado para que possa obter os resultados esperados, resultados que são lançados na própria ADPF 828, e é essa função do comitê nacional, auxiliar os tribunais, em parceria com eles, para a construção do ambiente estrutural e organizacional propício pra que sejam encaminhadas essas questões”, explicou o ministro, ao ressaltar que o CNJ não veio para extrapolar limites administrativos, mas para ouvir as partes.

“Precisamos ouvir os proprietários e ouvir também os ocupantes, precisamos ouvir as pessoas que estão envolvidas, porque essa é a função do Judiciário: estar próximo a todos pra que possa encontrar a melhor solução”, definiu.

O ministro frisou que o Pará está no centro das questões fundiárias. “Por isso que nós resolvemos comparecer ao Pará pessoalmente e essa será, acredito eu, a primeira de algumas vezes, mas apenas para conseguir estruturar, encadear vários órgãos do Tribunal, porque temos órgãos de justiça restaurativa, temos aqui a comissão de conflitos, os juízes das varas agrárias, uma união de esforços para que possamos minorar o sofrimento de muitos, mas sem o prejuízo do direito de outros. Essa é a nossa ideia pacífica”, disse ele.

## **Culminância**

Coordenador do 7º Cejusc da Capital, o juiz Agenor de Andrade disse que a visita técnica do ministro a duas áreas em conflito no Pará é a culminância de um trabalho desenvolvido há um ano.

“As partes não queriam mais negociar, já tinham saído da mediação, mas a gente entende a presença do ministro como uma forma de dar novo fôlego pra que realmente a gente traga pacificação pra um conflito que envolve quase quatrocentas famílias; então o Tribunal está aqui com toda a disposição para

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

realmente solucionar e pacificar a área. O objetivo é retomar e trazer novas soluções, com novas personagens e novas ideias pra solução desse conflito”, disse.

Magistrada auxiliar da presidência do CNJ, Fabiane Pieruccini avaliou as visitas como muito proveitosas, bem conduzidas e organizadas. “Isso demonstra essa disposição do Tribunal em estruturar a comissão com o propósito claro de abrir um diálogo eficaz e efetivo, chamando para as visitas todos os atores do processo e o Poder Judiciário se apropriando do poder de solução e tratamento daquelas questões onde existem interesses sobrepostos”, disse ela, ao avaliar a programação como “um absoluto sucesso, com a participação de multiatores e demandas respondidas na hora. O Tribunal de Justiça do Pará mostra que está empenhado no enfrentamento dessa questão tão complexa, que são os conflitos fundiários”, disse ela.

Nos dois acampamentos, a comitiva recebeu como presente frutas, legumes e outros produtos cultivados nas duas áreas, que serão destinados a instituições filantrópicas cadastradas no TJPA.

Fonte: [TJPA](#)

## Compartilhamento de experiências em gestão incentivam multiplicação de boas práticas no Judiciário

🕒 2 de junho de 2023



Três práticas inovadoras e focadas no aumento da eficiência da gestão processual foram apresentadas na primeira edição do [Webinário “Disseminando Boas Práticas do Poder Judiciário”](#). O evento, promovido pelo Departamento de Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça (DGE/CNJ), ocorreu na última quarta-feira (31/5) e reuniu experiências bem-sucedidas implantadas no Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5) e no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

Na abertura do evento, o secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica (SEP) do CNJ, Ricardo Fioreze, ressaltou que a iniciativa vai ampliar a divulgação das práticas cadastradas, aquelas possíveis de serem replicadas, além de esclarecer dúvidas dos interessados. “Esse evento é o momento de apresentação pelos próprios responsáveis das boas práticas publicadas no Portal do CNJ”, reforçou o secretário.

Fioreze destacou, ainda, que na plataforma foram criados eixos temáticos para facilitar o cadastro e a busca dos usuários. O primeiro tema ser apresentado foi referente à gestão processual. “São práticas que têm potencial para impactar na redução da morosidade processual, sem perda da qualidade da prestação jurisdicional, principalmente no que é conhecido como os tempos mortos do processo”, enfatizou. Esses tempos mortos do processo equivalem aos períodos em que não são praticados atos processuais para o andamento da ação.

Responsável pela moderação do evento, a juíza auxiliar da Presidência do CNJ, Dayse Starling Motta, destacou a troca que estava sendo proporcionada. “Estamos tirando do formalismo que temos desse material hospedado no site, compartilhando e reduzindo desafios, a partir do conhecimento de outros colegas”, disse.

## **Evolução**

Para explicar sobre a implantação do Painel de Gestão Judiciária, o convidado foi o diretor do Departamento de Planejamento, Gestão Estratégica e Estatística (DEPGE) do TJPA, Fábio Djan Oliveira de Lima. Ele lembrou que o trabalho foi inscrito no portal no ano de 2019. “Essa é a oportunidade para expor a evolução dessa boa prática que está no quinto ano de execução”, expôs.

Ele enfatizou que o CNJ proporcionou verdadeira revolução para o Poder Judiciário brasileiro ao implantar, em 2020, o DataJud, que é a Base Nacional de

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

Dados do Poder Judiciário. “Podemos contribuir para essa base de dados porque já estávamos implementando a nossa”, ressaltou.

O IEjud, Índice de Eficiência Judiciária, é dividido em três faixas que vão de 0 a 100%. “Quanto mais próximo do maior percentual, mais produtiva é a unidade”, informou o palestrante. O painel está disponível para as 113 comarcas do estado, com atualização diária das informações. A finalidade é demonstrar o desempenho geral das unidades, tanto de 1º quanto de 2º Grau, e o percentual de produtividade. Os dados contribuem para perseguir metas de melhoria, que são indicadas no próprio painel, explicou o diretor Fábio.

## **Ferramentas**

A experiência do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5), com o tema Gestão Judiciária – BI e Correição, foi apresentada pelo diretor de Gestão Estratégica da unidade, Márcio Fernando Ribeiro da Silva. Ele detalhou o uso da ferramenta que ajudou a desenvolver e foi uma das vencedoras do 17º Prêmio Innovare, em 2020, na categoria CNJ de Gestão Judiciária.

O servidor explicou que o sistema foi desenvolvido para diagnosticar, desenvolver e fiscalizar os trabalhos e as atividades das unidades jurisdicionais e dos magistrados, além de focar em resultados para identificar qual fator está impactando a unidade no alcance das metas e dos objetivos.

Os dados contribuíram para aumento expressivo da marcação de audiências, por exemplo. “Saímos de um patamar de 14% para 90%, de janeiro de 2022 para maio de 2023”, informou. Isso porque, entre outros usos, a ferramenta contribui para o gerenciamento dos processos físicos e eletrônicos por parte das Varas do Trabalho.

Outro desafio enfrentado foi o índice de conciliações, que era muito baixo no tribunal baiano. Por meio de cálculo matemático, que estudou os processos dos

últimos 10 anos, desenvolveram modelo de inteligência artificial para seleção de processos que possam ter sucesso na conciliação.

## **Correição**

A terceira e última apresentação de prática bem-sucedida veio do TJMT pela diretora do Departamento de Aprimoramento da Primeira Instância (DAPI), Renata Guimarães Bueno Pereira. Ela falou sobre a Gestão para Resultados da Primeira Instância, CGJ.

“Esse modelo foi desenvolvido para atualizar a Corregedoria, aprimorar os processos de trabalho, transformar a auditoria com foco na melhoria de resultados”, destacou. Para isso, foi necessário o uso de ferramenta de gestão que possibilitasse uma visão estratégica para a unidade, tática para o gabinete e operacional para os servidores.

O estado conta com 384 unidades judiciárias, distribuídas em 79 comarcas. “As unidades sentiam um distanciamento da Corregedoria com a realidade delas, com falta de uniformização dos dados”, ressaltou a painelistas. A implantação de novo modelo, além de disponibilizar ferramentas de gestão, passou a fazer a auditoria remotamente, viabilizando o Plano de Projeção de Resultados (PPR) para cada unidade, de acordo com os resultados dos seus indicadores de desempenho.

## **Divulgação**

Os trabalhos apresentados no evento da quarta-feira somam-se a outros 435 disponíveis na plataforma Boas Práticas do Poder Judiciário, hospedada no Portal CNJ. O espaço foi instituído pela [Portaria CNJ n. 140/2019](#), em conformidade com a [Resolução CNJ n. 325/2020](#), que determina a promoção e a divulgação das práticas de sucesso desenvolvidas pelos tribunais.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

As demais apresentações das experiências bem-sucedidas cadastradas no Portal ocorrerão regularmente na última quarta-feira de cada mês. A próxima está marcada para o dia 28 de junho e vai abordar trabalhos do eixo Sustentabilidade e Meio Ambiente. A transmissão ao vivo dos debates acontece pelo canal do CNJ no YouTube.

*Texto: Margareth Lourenço*

*Edição: Jônathas Seixas*

*Agência CNJ de Notícias*

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## FPF: seis magistrados já se declararam 'suspeitos' de julgar medida que pode mudar eleições de 2022

Último desembargador responsável pelo caso se disse pressionado por uma das partes a "rever as decisões dos desembargadores antigos".



Caio Maia

02.06.23 18h52



Eleições da FPF ainda estão judicializadas. (Ivan Duarte / O Liberal)

Já chega a **seis** o número de magistrados que se consideraram "suspeitos" de julgar o Agravo de Instrução que pode mudar o processo eleitoral da Federação Paraense de Futebol (FPF). O último a alegar impossibilidade de avaliar o pedido, impetrado no Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) por Paulo Romano, candidato perdedor das últimas eleições, foi o

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

desembargador **Constantino Augusto Guerreiro**. A medida foi divulgada na última quinta-feira (1º).

No documento, obtido pela reportagem de O Liberal, **o magistrado disse que foi pressionado por uma das partes envolvidas no caso a "rever as decisões dos desembargadores antigos"**. Vale lembrar que o processo está tramitando na Justiça há quase um ano e tem como principal objetivo tornar pública a irregularidade dos membros do atual colégio eleitoral da FPF, anular o pleito que elegeu Ricardo Gluck Paul e convocar uma nova eleição, com nova lista de votantes.

Entretanto, o ilustre causidico aduziu sobre a necessidade de despachar nos autos, sob a alegação de que os autos supramencionados estavam há mais de um ano para ser decidido; que referida questão já foi remetido ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ; que a imprensa já possui matérias sobre esta situação, para ao final aduzir **que este magistrado deverá rever as decisões dos Desembargadores que já atuaram no presente caso**.

O que se observa, é que o advogado da parte, como forma de pressionar o julgamento a ser proferido por este Desembargador, aduz a existência de pressão por parte do CNJ e da Imprensa.

Assim, **diante do quadro fático criado nos autos, conturbando a análise dos mesmos**, nos termos do **art. 145, §1, do CPC**, declaro-me suspeito para atuar no presente feito.

**À Secretaria para os devidos fins.**

**Belém/PA, 1º de junho de 2023.**

**CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO**

**Desembargador – Relator**

Desembargador se considera suspeito de avaliar Agravo de Instrução sobre eleições da FPF (Divulgação/ O Liberal)

**Na última quinta (1º), a reportagem de O Liberal divulgou que a desembargadora Gleide Pereira de Moura também se declarou suspeita de julgar o Agravo de Instrução**. A decisão, no entanto, ocorreu um dia antes do prazo final para o julgamento do dispositivo. Inicialmente, ela havia dado parecer favorável para a análise do processo, mas voltou atrás.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## **Veja a lista de magistrados que se declararam suspeitos de julgar o Agravo de Instrução:**

- Desembargador Amilcar Bezerra Guimarães
- Desembargadora Gleide Pereira de Moura
- Desembargador Ricardo Ferreira Nunes
- Juiz Convocado José Torquato Araújo de Alencar
- Desembargador Leonardo de Noronha Tavares
- Constantino Augusto Guerreiro
- 

### **O que diz o TJPA**

Por telefone, a assessoria de comunicação do Tribunal de Justiça do Pará informou que **a suspeição de um magistrado ocorre quando ele reconhece a "impossibilidade de exercer a função em determinado processo"**. Isso, de acordo com a assessoria, pode ocorrer por vários motivos, sobretudo de foro íntimo. A partir do reconhecimento de suspeição do jurista, o processo é redistribuído para outro desembargador.

Também por telefone, **o TJPA informou que não vai se manifestar - por meio de entrevista ou nota - porque entende que a declaração de suspeição de um magistrado configura um posicionamento.**

### **Próximos passos**

Por enquanto, o caso está sendo julgado na segunda instância do TJPA, mas, especificamente na **matéria do direito privado**. De acordo com o advogado Gabriel Cruz, **a seção é composta por dez magistrados, divididos em duas turmas**. Como seis dos dez desembargadores da seção do direito privado se consideraram suspeitos de avaliar o caso, **ainda existem quatro magistrados disponíveis para julgar o processo.**

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

"Em caso de suspeição de algum dos desembargadores, o processo é redistribuído por algum dos magistrados da mesma seção. Em algum momento o Agravo de Instrução será julgado", explica.

**De acordo com documento enviado pelo TJPA à redação de O Liberal, quem deverá analisar o processo é a desembargadora Margui Gaspar Bittencourt.** Ela foi a jurista escolhida pelo Tribunal para seguir com a análise do caso.



TJPA - 2º Grau  
PJe - Processo Judicial Eletrônico

02/06/2023

Número: **0808607-36.2022.8.14.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Órgão julgador colegiado: **1ª Turma de Direito Privado**

Órgão julgador: **Desembargadora MARGUI GASPAR BITTENCOURT**

Última distribuição : **01/06/2023**

Valor da causa: **R\$ 1.100,00**

Processo referência: **08152279820218140000**

Assuntos: **Cabimento**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

**Agravo de Instrumento que pode mudar eleições da FPF será julgado pela desembargadora Margui Bittencourt (Divulgação)**

Caso todos os dez juízes da seção do direito privado se declarem suspeitos, há um dispositivo legal que garante que o processo continue avançando. **De acordo com Gabriel Cruz, em imprevistos como este, o julgamento passa a ser de responsabilidade de outra seção, no caso a do direito público.**

"A composição do direito público funciona de forma similar a direito privado: também são 10 magistrados divididos em duas turmas. Caso, novamente, os juristas se reconheçam impossibilitados de seguir com o processo, o documento passa a ser analisado pela seção de direito criminal, que é composta por 12 desembargadores", afirmou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## Entenda o caso

O Agravo de Instrução, que corre no TJPA, diz respeito à composição do colégio eleitoral do pleito para a escolha do presidente da FPF, que ocorreu em junho de 2022. Quem impetrou o requerimento na Justiça foi Paulo Romano, candidato derrotado por Ricardo Gluck Paul nas eleições.

Antes do colégio eleitoral ser alvo de discussão, todo o andamento do pleito foi cercado de polêmicas. A eleição, inicialmente, deveria ocorrer no final de 2021, mas foi suspensa pela Justiça e remarcada para ocorrer em junho do outro ano. Nesse período, a FPF chegou até a ter uma presidente interina, Graciete Maués, mandatária da Tuna Luso.



Eleição na FPF ficou marcada por uma "batalha judicial" (Filipe Bispo / Arquivo O Liberal)

No dia **24 de dezembro de 2021**, às vésperas das eleições da FPF que foram suspensas pela Justiça, **o então colégio eleitoral do pleito divulgou uma lista com os nomes das ligas, clubes profissionais e não profissionais aptos a**

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

**votar nas eleições.** Porém, com a suspensão das eleições, **uma nova comissão eleitoral foi formada e esta excluiu vários nomes da ata de votação.**

No entanto, **o TJPA determinou que as eleições deveriam ser realizadas com a lista original, de 2021, e não com a de 2022.** Isso promoveu a inclusão de 44 novos votantes no colégio eleitoral, que são criticados pela ação.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

PARÁ

## TJ do Pará indica dois desembargadores ao STJ; veja os nomes

Redação | Publicado em: 1 dia



Crédito: Lucas Pricken/STJ

Por Clayton Matos e Carol Menezes

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) encerrou o prazo para envio pelos Tribunais de Justiça Estaduais (TJs) dos nomes dos desembargadores interessados em concorrer às duas vagas de ministro que estão em aberto desde a aposentadoria do ministro Jorge Mussi e o falecimento do ministro Paulo de Tarso Sanseverino. Segundo o STJ, 59 nomes concorrerão aos cargos. Os dois indicados do Tribunal de Justiça do Pará são Leonan Gondim da Cruz Júnior e Maria Filomena de Almeida Buarque. A escolha ocorrerá no dia 23 de agosto pelo Pleno do STJ. Haverá uma list com 4 nomes que será encaminhada ao presidente da República.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## Justiça dá 30 dias para Darci Lermen empossar concursados no lugar de contratados

Folha de pessoal da Prefeitura de Parauapebas supera R\$ 100 milhões por mês



O Liberal

02.06.23 22h18



Prefeito Darci Lermen tem descumprido decisões judiciais sucessivamente (Reprodução / Redes Sociais)

O juiz Lauro Fontes Júnior, titular da **Vara da Fazenda Pública e Execução Fiscal da Comarca de Parauapebas**, município do sudeste do Estado, estabeleceu prazo de 30 dias para que o prefeito **Darci Lermen (MDB)** dê posse a aprovados em concurso público para substituir funcionários contratados pela gestão municipal. **O magistrado também mandou reduzir em 50%** o quadro de servidores de órgãos considerados não essenciais.

A **decisão foi proferida nesta sexta-feira (2)** e integra a **Ação Civil Pública** ajuizada pelo **Ministério Público do Pará (MPPA)**, que considerou excessivo o número de contratações realizadas pela Prefeitura de Parauapebas, cuja folha de pagamento ultrapassa R\$ 100 milhões por mês.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

Nesta sexta-feira, o juiz Lauro Fontes Júnior se reuniu com representantes da prefeitura, do MPPA, do **Tribunal de Contas dos Municípios (TCMPA)** e do **Sindicato dos Servidores de Parauapebas**. Após a reunião, ele proferiu a decisão sobre a posse dos aprovados em concursos já homologados em substituição a servidores contratados, que devem ser automaticamente exonerados.

### **Prefeitura ignora decisões judiciais**

Em decisão anterior, o juiz já havia anulado os contratos firmados pelo município, em novembro do ano passado, e também determinado o afastamento do prefeito Darci Lermen pelo prazo de 90 dias, assim como a exoneração do excesso de contratados.

Na decisão proferida nesta sexta-feira (2), o juiz destacou: “Não podemos nos esquecer que só se chegou a esse ponto porque não se cumpriu nada do que por diversas vezes foi deliberado. O feito foi distribuído há mais de um ano (24/05/2022). Foram prolatadas 15 decisões”, destacou Lauro Fontes Júnior, durante o despacho.

O magistrado explica, na decisão judicial desta sexta-feira, que em 27 de maio de 2022, a Justiça já havia dado o prazo de 30 dias para a Prefeitura de Parauapebas apresentar uma solução para a questão do excesso de contratações. À época, foi pedido um cronograma para realização de concursos públicos, mas, não houve resposta da gestão municipal.

Em agosto de 2022 houve nova decisão, já que estariam ocorrendo indícios concretos de afronta às ordens judiciais. “Outra extensa e pormenorizada decisão foi proferida, justificada, uma vez mais, pela recalcitrância imotivada às decisões judiciais. Aos 31 de agosto de 2022, ainda visando uma composição colaborativa, foi realizada outra tentativa de acordo e desmonte voluntário do ilícito que estava sendo operado na administração pública de Parauapebas. O

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

mesmo padrão reativo se manteve; inércia da Administração”, elencou o magistrado no parecer.

“Numa verdadeira afronta ao Poder Judiciário, os ilícitos ganharam força e voltaram a ocorrer novas contratações, todas elas em total desrespeito à Lei Municipal 4.249/02”, destacou o juiz.

De acordo com a Vara da Fazenda Pública e Execução Fiscal da Comarca de Parauapebas, as ações realizadas com aval técnico do TCM buscam “desmontar essa indústria de contratações ilícitas há muito impregnada na consecução administrativa”, diz um trecho da decisão judicial, desta sexta-feira.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



Reprodução PF

## EXCLUSIVO: 'Pensava que era vacina', diz defesa do acusado de colocar drogas no avião da Igreja Quadrangular em Belém; assista

POR FERNANDA CAVALCANTE | 02 DE JUN DE 2023, 16:12

COMPARTILHAR:

A defesa de Patrick Santos, acusado de colocar drogas no avião da Igreja Quadrangular em Belém e preso no último sábado, 27, contou com exclusividade ao **Portal Roma News** detalhes sobre o caso e alegou a inocência do cliente, nesta sexta-feira, 2.

“Um dia antes da viagem ele recebeu a ligação da pessoa que fez a solicitação da cotação a qual informou que não seriam mais dois passageiros, mas sim uma suposta carga de vacina. No dia da viagem, ele fez o abastecimento”, afirmou o advogado Jonhatan Costa.

### Prisão

Segundo a defesa, a [Polícia Federal chegou no hangar e levou todos](#) que estavam lá para prestar depoimento. Patrick foi o único que foi preso em flagrante. “A família ficou sabendo do caso apenas pela parte da tarde e a prisão foi feita pela manhã. Ele não estava acompanhado por advogados. Todos que estavam lá, estavam com advogados. O Patrick foi encaminhado à Central de Triagem da Marambaia. A audiência de custódia foi feita no outro dia, no

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

domingo. Infelizmente ele teve a prisão em flagrante convertida em preventiva devido à grande repercussão do caso”, disse.

Ainda de acordo com a defesa, o acusado não tem antecedentes criminais. “Infelizmente o Patrick caiu nessa situação e está sendo acusado de um crime que ele é inocente”, finalizou.

Na quinta-feira, 1, o **Portal Roma News** divulgou com exclusividade a informação de que [a Polícia Federal vai intimar o representante da Igreja do Evangelho Quadrangular em Belém para prestar depoimento sobre o caso, já que o avião pertence à instituição.](#)

### **Entenda o caso**

No último sábado, 27, [a Polícia Federal divulgou a apreensão de 290 quilos de skunk](#), um tipo de maconha concentrada. Os entorpecentes estavam dentro de uma aeronave, que se preparava para decolar no hangar de voos particulares do Aeroporto Internacional de Belém. O homem acusado de levar os entorpecentes foi preso em flagrante. Na última segunda-feira, 29, a prisão dele foi convertida em preventiva.

A [carga de 290kg de drogas apreendidas foi avaliada em mais de R\\$ 4 milhões.](#) A informação foi confirmada pela Polícia Federal.